

Redação Oficial e Documentos Jurídicos





Realização Faculdades Integradas de Aracruz

Elaboração: Lays Souza e Paula Reis

Revisão de texto: Lays Souza

Disciplina: Língua Portuguesa II

Professor Orientador: Adriana Recla

Diagramação: Paula Reis

Aracruz, 26 de novembro de 2015.

Redação Oficial e Documentos Jurídicos

Lays Souza e Paula Reis

SUMÁRIO

Introdução -----	5
Modelo de Documentos-----	8
Circular -----	9
Modelo de Circular -----	10
Memorando -----	12
Modelo de Memorando -----	13
Procuração -----	14
Modelo de Procuração -----	15
Petição Inicial -----	16
Modelo de Petição -----	17
Mandado de Segurança -----	23
Modelo de Mandado de Segurança -----	24
Habeas Corpus -----	37
Modelo de Habeas Corpus -----	38

SUMÁRIO

Sentença -----	39
Modelo de Sentença -----	40
Contrato -----	
41	
Modelo de Contrato -----	41
Ofício -----	45
Modelo de Ofício -----	45
Declaração -----	47
Modelo de Declaração -----	48
Recurso -----	49
Modelo de Recurso -----	50
Requerimento -----	52
Modelo de Requerimento -----	52
Considerações Finais -----	53
Bibliografia -----	54

Introdução

Qualidades e Características Fundamentais da Redação Oficial

A comunicação é necessidade básica da pessoa humana, do homem social: constitui o canal pelo qual os padrões de sua cultura lhe são transmitidos e, mediante o qual, aprende a ser membro de uma sociedade. A vida em sociedade supõe intercâmbio e comunicação, que se realizam fundamentalmente pela língua, cujo papel é cada vez mais importante nas relações humanas.

Clareza

Clareza é a qualidade do que é inteligível, facilmente compreensível. Já que se busca, então, com a clareza, fazer-se facilmente entendido, é preciso que o pensamento de quem comunica também seja claro, com as idéias, ordenadas; a pontuação, correta; as palavras, bem dispostas na frase; as intercalações, reduzidas a um mínimo; a precisão vocabular, uma constante.

Coesão

O termo coesão pode ser conceituado como a união íntima das partes de um todo. Assim, o texto coeso é aquele em que as palavras, as orações, os períodos e os parágrafos estão interligados e coerentemente dispostos.

Concisão

A concisão consiste em expressar com um mínimo de palavras um máximo de informações, para que

se redija um texto conciso, é fundamental que se tenha, além de conhecimento do assunto sobre o qual se escreve, o tempo necessário para revisá-lo depois de pronto. São nessa revisão que muitas vezes se percebem eventuais redundâncias ou repetições desnecessárias de idéias.

Correção gramatical

Correção gramatical é a utilização do padrão culto de linguagem, ou seja, é escrever sem desrespeitar os fatos particulares da língua e as regras apropriadas para o seu perfeito uso.

Formalidade e uniformidade

A formalidade consiste na observância das normas de tratamento usuais na correspondência oficial. Diz respeito à polidez, à civilidade no tratamento do assunto do qual cuida a comunicação.

Impessoalidade

A finalidade pública está sempre presente na redação oficial, daí a necessidade de ser ela isenta de interferência da individualidade de quem a elabora.

Modelo de Documentos

Circular

A circular é uma carta destinada a funcionários de um determinado setor, remetida pelo chefe da repartição ou do departamento. Tem o objetivo de transmitir normas, ordens, avisos, pedidos, ou seja, de delimitar comportamentos e homogeneizar condutas de um grupo de pessoas. Tem o nome de circular porque indica a função de divulgar as informações entre todos os destinatários.

Este documento oficial deve ter:

- Timbre (logotipo do órgão, brasão, símbolo do departamento);
- Título e número (circular nº 02/2009);
- Data (sem a localidade, nome da cidade);
- Ementa (síntese do assunto que será abordado no texto);
- Vocativo ou invocação com o pronome de tratamento adequado;
- Texto (bem explicado e claro);

- Despedida breve;
- Assinatura (sem linha e sobre o nome datilografado, com o cargo de quem assina);
- Vocativo ou invocação com o pronome de tratamento adequado;
- Texto (bem explicado e claro);
- Despedida breve;
- Assinatura (sem linha e sobre o nome datilografado, com o cargo de quem assina);

Modelo de Circular

Fundação Terceiridade

CNPJ: 32.003.003/0001-01

Rua do João, 600 640030-300 – Porto Alegre – RS

CIRCULAR Nº 02/09.

Em 16 de fevereiro de 2009. Ementa: Feriado de carnaval Senhores funcionários: Comunicamos que no dia 21 deste mês teremos expediente normal. Porém, nos dias 23 e 25 que, respectivamente, antecede e precede a data do feriado (24), não haverá expediente.

Em relação a este fato, estimo bom descanso a todos.

Atenciosamente, _____

Joaquim João de Oliveira.

Gerente administrativo

R:ACM

D: CVS

Memorando

O memorando é um gênero escrito que se destina à comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, as quais podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna. Esse gênero pode ter caráter meramente administrativo ou ser empregado para a exposição de projetos, idéias, diretrizes a serem adotadas por determinado setor do serviço público.

Sua característica principal é a agilidade. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.

Modelo de Memorando

Memorando n.º

Local, Data.

Ao Senhor Fulano de Tal.

Assunto: Resumo do teor do documento

1. Introdução.
2. Desenvolvimento.
3. Conclusão.

Atenciosamente,

NOME

Cargo

Procuração

A procuração é um documento legal que transfere a alguém (outorgado) poderes para agir no nome de outra pessoa (outorgante). Logo, quem concede o direito é o outorgante e quem recebe, o outorgado. Quanto à forma, há dois tipos procuração: a pública e a particular. A primeira é lavrada em cartório por um tabelião, em livro próprio, o qual será arquivado. Já a segunda, é lavrada pelo outorgante ou pessoa autorizada, datilografada ou de próprio punho. O outorgado também é chamado Procurador (aquele que representa) e o outorgante de Constituinte (aquele que delega).

A procuração precisa ter identificação, profissão das partes, os poderes delegados, a finalidade e o prazo de validade. Abaixo, após o corpo do texto, devem vir expressos local, data e assinatura do outorgante ou constituinte

Modelo de Procuração

Por esse instrumento particular de procuração,
_____, com R.G. - _____,
brasileiro, solteiro, comerciante, residente e
domiciliado em _____, na Rua _____, n.º,
nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr.
_____, com R.G. _____, solteiro, profissão,
residente e domiciliado em _____, na Rua
_____, n.º ____ para o fim especial realizar a
_____ da outorgante na
_____, podendo o
outorgado assinar todos os atos que se tornem
necessários para o bom e fiel cumprimento do
presente mandato assim como substabelecer.

Local, Data.

Petição Inicial

A Petição Inicial é um documento escrito (ou digital) elaborado pelo advogado para defender e reivindicar os direitos de um cidadão ou instituição perante o Poder Judiciário, em face de outra pessoa (física ou jurídica) que responderá a ação ou processo judicial. A petição inicial também é chamada de peça vestibular ou peça exordial, é uma peça processual que inaugura o Processo Judicial, ou seja, dá origem a demanda ou ação judicial.

A lei já define os elementos e requisitos imprescindíveis para elaboração e processamento da petição inicial através do Código de Processo Civil:

Art. 282.A petição inicial indicará:

I – o juiz ou tribunal, a que é dirigida; II – os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu; III – o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV – o pedido, com as suas especificações; V – o valor da causa; VI – as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII – o requerimento para a citação do réu.

Modelo de Petição

AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA Comprador que pagou o preço integralmente requer a adjudicação compulsória do bem ante a recusa do vendedor em outorgar a escritura pública de compra e venda.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DE.....[qualificação], residente e domiciliado nesta, por seu procurador e advogado, conforme instrumento de procuração incluso, com escritório profissional na rua....., onde recebe intimações, vem,

respeitosamente, à presença de V. Exa., com fundamento nos artigos 16 e seguintes do Dec.-Lei nº 58 de 10.12.37 e 640 e seguintes do CPC, propor a presente:

AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

contra, (qualificação), com endereço na Rua, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

O Requerente adquiriu do Sr. o imóvel constituído pelo lote nº, da Planta, lugar denominado, município de, medindo m de frente para a Rua, por m de fundos, de forma irregular, com demais características e confrontações constantes da Contrato de Compra e Venda e Escritura Definitiva ora juntados.

A ORIGEM DO TERRENO

O lote de terreno acima mencionado foi originariamente adquirido pelo Sr., da cuja procuradora era a Cia.-, empresa esta que é representada pelo Sr.O Sr. vendeu os direitos daquele compromisso ao Sr., depois de devidamente quitados perante a Tendo falecido a esposa do Sr. e também, o Sr. pago o preço, este requereu perante o Juízo de Direito da Comarca de, adjudicação compulsória dos direitos a ele pertencentes, conforme se verifica da certidão ora inclusa. Deferida a adjudicação compulsória, esta foi devidamente inscrita no Registro Imobiliário.

Mais tarde, o Sr., vendeu estes direitos, devidamente regularizados em seu nome, ao Sr., o qual também lhe pagou o preço. A Escritura Pública, foi lavrada no Tabelião, às fls., do Livro, como se observa a cópia em anexo. Ocorre, entretanto, que desde quando foi lavrada a Escritura, o Sr., vem sendo convidado a assiná-la, sem contudo, até a presente data cumprir com a sua obrigação. Inclusive, foi notificado, através do Registro de Títulos e Documentos, conforme se observa da Cópia em anexo. Diante disso, não houve outra alternativa ao Requerente, senão a propositura da presente ação.

DO DIREITO:

Não resta dúvida, quando ao direito do Requerente, em obter a Escritura Pública Definitiva do Imóvel, assinada, eis que pagou integralmente o preço. Patente também, é a obrigação do Réu, eis que é procurador da ...

DO DOCUMENTO ESCRITURA PÚBLICA DE

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA, do Requerido e sua mulher, "ex vi", instrumento lavrado a fls. e vol. do Livro nº, do mesmo Ofício em data de .../.../... documento anexo, devidamente Inscrito sob nº, do Livro de Registro de Imóveis da

Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de (doc. incluso). 2. Tendo sido impossível ao Requerente, localizar o Requerimento e sua mulher, para que outorguem a escritura definitiva de compra e venda , e tratando-se de imóvel loteado, nos termos do Dec.-Lei nº 58/37, (art. 1.218, I do CPC), após a citação de Requerido e sua mulher por editais, supridas as demais exigências legais dos Registros Públicos, e da Fazenda Pública, diante da prova feita neste ato, com as inclusas (75) Notas promissórias, no valor de R\$ cada uma, vencidas de .../.../..., até .../.../... doc. anexo, é de esperar de V. Exa. o suprimento jurídico, para o fim de ser adjudicado o imóvel descrito no ítem, desta, ao Requerente, por ser de direito e de justiça.

ISTO POSTO

Requer-se:

- I. Seja, deferido a citação do Requerido e sua mulher, por editais, na forma do art. 231, II e 232 do CPC ;
- II. Seja, após, julgado procedente o presente pedido de Adjudicação, em que conste as exigências legais da Lei dos Registros Públicos, para o fim de matrícula do imóvel junto à Circunscrição Imobiliária competente.
- III. Seja, admitido provar-se o alegado, com depoimentos pessoais, testemunhas, vistorias, perícias, certidões e demais documentos pelos quais protesta a juntada.
- IV. Sendo contestado o pedido, seja o Contestante, condenado ao pagamento das custas judiciais e honorários de advogado de 20% seu valor atribuídos e demais cominações legais.

DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer a V. Exa. a citação do Réu, no endereço retro, para comparecer à audiência a ser designada, e apresentar defesa, querendo, sob pena de revelia.

Requer, outrossim, seja julgada procedente, a presente, condenando o Réu a assinar a Escritura definitiva no prazo que lhe for determinado.

Requer ainda, não cumprida a obrigação dentro do prazo estabelecido, V. Exa. lhe supra o consentimento, concedendo a adjudicação compulsória.

Requer finalmente, a procedência total do pedido, com a condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e honorários profissionais. Para provar o alegado, serve-se o Autor das provas documentais anexadas. Dá-se à presente o valor de R\$

N. Termos Pede Deferimento.

..., de de

Advogado OAB/....

Mandado de Segurança

Consiste em garantia constitucional a um direito líquido e certo não amparado pelo “habeas data” nem pelo “habeas corpus”. O mandado de segurança será concedido quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Tal remédio constitucional constitui verdadeiro instrumento de liberdade civil e política, já que permite que os indivíduos se defendam de atos ilegais ou praticados com abuso de poder.

Modelo de Mandado de Segurança

JOSÉ DOS ANZÓIS, brasileiro, casado, funcionário público federal, portador do CPF número 00000000, e cédula de Identidade nº MG 00000 - expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, residente à Rua da Alegria, Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.000.000, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seu advogado infra assinado, impetrar o presente

MANDADO DE SEGURANÇA - preventivo - com pedido liminar

contra provável ato do PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, representado pela pessoa do Dr. **Gugu de Paula**, a ser encontrado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 4 - Bloco "L", fone (61) 00000 - Brasília - DF - CEP 70.070-000.

Dos Fatos

O Edital que contém o Regulamento do IX Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho, publicado no diário Oficial da União de 26 de junho de 2000 , seção 03, cópia inclusa, é embasado na Resolução "048, de 02 de maio de 2000" do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, publicada no DJ de 09 de maio de 2000, seção 01, cópia inclusa, e na Lei Complementar 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) que estabelecem os requisitos a serem preenchidos pelos candidatos quando da inscrição:

LEI COMPLEMENTAR

nº 75/93 "Art. 183 – Os cargos das classes iniciais serão providos por nomeação, em caráter vitalício, mediante concurso público específico para cada ramo.

Art. 187 – Poderão inscrever-se no concurso bacharéis em Direito há pelo menos dois anos, de comprovada idoneidade moral.

Art. 191 – Não serão nomeados os candidatos aprovados no concurso, que tenham completado sessenta e cinco anos ou que venham a ser considerados inaptos para o exercício do cargo em exame de higidez física e mental." (grifos nossos)

RESOLUÇÃO 048/2000 do CSMPT

Art. 39 - A inscrição definitiva deverá ser requerida, ao Presidente da Comissão Examinadora, pelo candidato, e entregue às Comissões de Execução e Fiscalização, nos Estados e no Distrito Federal, que a remeterá à Secretaria de Concurso, contendo os seguintes elementos de inscrição:

- I - Fotocópia autêntica da carteira de identidade;
- II - Fotocópia autêntica do diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado, obtido há pelo menos 2 (dois) anos, contados da data da inscrição preliminar; (grifos nossos)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA GERAL

Edital nº 001 , de 23 de junho de 2.000 - IX Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho

A Procuradora-Geral do Trabalho, em exercício, nos termos da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e da Resolução nº 48 , de 02 de maio de 2.000, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, publicado no Diário da Justiça de 09 de maio de 2.000, torna público a abertura das inscrições ao IX Concurso Público de Provas e Títulos para o Cargo de Procurador do Trabalho, no período de 10 de julho a 09 de agosto de 2000.

1 - DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O Concurso do Ministério Público do Trabalho obedecerá às normas da Resolução nº 48, de 02 de maio de 2.000 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, publicado no Diário da Justiça de 09 de maio de 2.000.

2.2 Poderão inscrever-se no concurso bacharéis em Direito há pelo menos 02 anos, de comprovada idoneidade moral (art. 187 da Lei complementar nº 75/93). (grifos nossos)

Ocorre, porém, que o impetrante é candidato às vagas apresentadas e não preenche o requisito de " bacharel de Direito há pelo menos 02 anos", embora já esteja formado com o diploma devidamente registrado, cópia inclusa.

Diante disso, seu pedido de inscrição no concurso em comento, inevitavelmente, deverá ser indeferido pelo Presidente da Subcomissão do referido concurso, Sr Procurador-Geral do Trabalho.

Embora o término das inscrições tenha ocorrido no dia 09 de agosto de 2000, as provas já estão marcadas e terão início no próximo dia 10 de setembro de 2000.

Do Direito

Data venia, a exigência de apresentação de diploma obtido há pelo menos dois anos não pode impedir as inscrições em apreço, dada a sua flagrante inconstitucionalidade.

O artigo 37, II da Constituição Federal estatui que a investidura em cargo ou emprego público, da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes, depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação ou exoneração.

Em se tratando de concurso público, sabe-se que este deve pautar-se pelo princípio da isonomia, expressamente consagrado no caput do artigo 5º da Carta Constitucional, pois que dito princípio constitui-se em diretriz básica que norteia toda a interpretação das normas constitucionais.

Nesse contexto, é de se ressaltar que o princípio da igualdade não se coaduna com um nivelamento sistemático. Ao contrário, pressupõe a discriminação dos desiguais, na medida de suas desigualdades, discriminação essa que há de ser concretizada pela própria lei.

No caso em análise, verifica-se que o Edital, ao aventar a necessidade de que o diploma de candidato tenha sido obtido há pelo menos dois anos, simplesmente repete a exigência instituída pela própria Lei Orgânica do Ministério Público da União. Todavia, referida lei, nesse passo, desrespeita o princípio constitucional da isonomia que constitui, como visto, a primeira de suas limitações. E isto porque o fator de discriminação utilizado é destituído de justificção lógica.

De fato, da mera obtenção do diploma há pelo menos dois anos não se vislumbra um critério idôneo a embasar um diferente tratamento jurídico dispensado aos bacharéis em Direito, ou seja, não há justificativa lógica para a desequiparação.

É que, nesse caso, o fator de discriminação reside unicamente no tempo, sem levar em consideração os fatos ou acontecimentos verificados no decorrer do período. Ora, alguém que possua o diploma há dois anos, mas que, nesse ínterim, não tenha exercido qualquer função afeta à profissão, teria, indubitavelmente, o seu direito à inscrição reconhecido.

De outra parte, aquele que não tenha, ainda, completado esse lapso temporal sequer terá oportunidade para ser avaliado.

Nessa última hipótese enquadra-se o impetrante, que trabalha como Técnico Judiciário no TRE-MG. A lei pretende diferenciar as pessoas simplesmente segundo a data da obtenção do diploma. Não se cogita do grau de experiência do profissional - ou qualquer outro dado - bastando, para satisfazer as exigências do edital, que se preencha o requisito do tempo de formado.

É de se reafirmar, portanto, a inconstitucionalidade do artigo 187, 1ª parte, da Lei Complementar 75/93, e, conseqüentemente, parte do artigo 39 da Resolução 048/2000 e parte do artigo 2.2 do

Edital que regulamenta o IX Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho.do Edital que regulamenta o IX Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho IX Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho.

Ademais, o artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, dispõe ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. É imperioso observar que a lei a que alude o dispositivo em tela poderá elencar, tão somente, requisitos aptos a demonstrar a capacitação necessária ao desempenho do trabalho, ofício ou profissão.

Afinal, o fator eleito como discriminante nada mais faz do que estabelecer um requisito de idade mínima para os candidatos ao concurso - considerando que, normalmente os bacharéis em Direito se formam com 23 anos, apenas aqueles com mais de 25 anos estariam aptos a prestar o concurso.

Da Doutrina

Ao comentar o tema, Francisco Campos, citado por Celso Antônio Bandeira de Mello aduz:

“Assim, não poderá subsistir qualquer dúvida quanto ao destinatário da cláusula constitucional da igualdade perante a lei. O seu destinatário é, precisamente, o legislador e, em consequência, a legislação; por mais discricionários que possam ser os critérios da política legislativa, encontra no princípio da igualdade a primeira e mais fundamental de suas limitações” (in O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros. 1993. 3ª ed. p. 9/10).

A propósito, extremamente esclarecedoras são as considerações também tecidas por Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Parece-nos que o reconhecimento das diferenciações que não podem ser feitas sem quebra da isonomia se dividem em três questões:

a) a primeira diz com o elemento tomado como fator de desigualação;

- b) a segunda reporta-se à correlação lógica abstrata existente entre o fator erigido em critério de discrimen e a disparidade estabelecida no tratamento jurídico diversificado;
- c) a terceira atina à consonância desta correlação lógica com os interesses absorvidos no sistema constitucional e destarte juridicizados.

Esclarecendo melhor: tem-se que investigar, de um lado, aquilo que é adotado como critério discriminatório; de outro lado, cumpre verificar se há justificativa racional, isto é, fundamento lógico, para, à vista do traço desigualador acolhido, atribuir o específico tratamento jurídico construído em função da desigualdade proclamada. Finalmente, impende analisar se a correlação ou fundamento racional abstratamente existente é, in concreto, afinado com os valores prestigiados no sistema normativo constitucional. A dizer: se guarda ou não harmonia com eles” (ob. cit. p. 21).

Do Entendimento do Ministério Público da União

A propósito, deve ser sublinhada a existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI n° 1040), proposta pelo próprio Ministério Público da União, em que se visa declarar a inconstitucionalidade do art. 187 da Lei Complementar n° 75/93.

Da representação que deu origem a tal ação, colhe-se as palavras do Dr. Raimundo Francisco Ribeiro de Bonis, Subprocurador-geral da República:

“Não se trata de exigência de prática forense, que seria razoável, mas de dilação de prazo carencial entre a formatura e a inscrição ao concurso, o que poderá ser até nocivo, e não apenas inócuo, pois muitos terão passado, sem exercício da profissão, distanciando-se dos conhecimentos hauridos no bacharelado.

Da Jurisprudência

E, quanto a este fator de tratamento díspar, a jurisprudência é uníssona:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE. IMPOSSIBILIDADE

1. A Constituição proíbe o estabelecimento de diferença de critério para a admissão no serviço público e privado por motivo de idade, de sexo e de estado civil. Os limites mínimos e máximos da idade para o ingresso e permanência em atividade estão expressos na Carta.

2. A exigência de limite de idade para quem já é servidor público é inadmissível.

3. Recurso conhecido e provido” (STJ, 5ª T., Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 2099/92, rel. Min. Jesus Costa Lima, DJU 08/03/93, p. 3127).

Do pedido

Assim, requer a concessão de medida liminar, inaudita altera parte, para ordenar à autoridade coatora que aceite o pedido de inscrição do impetrante, garantindo, até a definitiva decisão do presente mandamus, sua participação no IX

Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho, posto que já concluiu o curso de Direito e preencheu os demais requisitos do edital. Deferida a liminar, requer se digne Vossa Excelência de determinar a notificação da autoridade coatora, Dr. Gugu de Paula, a ser encontrado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 4 - Bloco "L", fone (61) 314-8500 - Brasília - DF - CEP 70.070-000, para prestar as suas informações, além de intimar o Ministério Público Federal para manifestar-se.

Espera, finalmente, o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 187, 1ª parte, da Lei Complementar 75/93; do artigo 39 da Resolução 048/2000 e do artigo 2.2 do edital que regulamenta o IX Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho, na parte em que dispõem sobre a exigência do prazo de 02 anos de formatura para prestar o concurso, para, finalmente, tornar definitiva a concessão da segurança.

Por inestimável, dá-se à presente o valor de R\$ 00000

Nestes termos,
pede deferimento.

Belo Horizonte,

Habeas Corpus

É a medida que visa proteger o direito do ser humano de ir e vir ou ainda que é capaz de cessar a violência e coação que indivíduos possam estar sofrendo. São dois os tipos de habeas corpus: o habeas corpus preventivo, também conhecido como salvo-conduto, e o habeas corpus liberatório ou repressivo. No caso da iminente ameaça a direito, o Habeas Corpus é chamado de preventivo; quando o indivíduo já se encontra detido, o habeas corpus é classificado de liberatório.

Modelo de Habeas Corpus

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da (Vara Criminal) da
Comarca de (nome da cidade)
....., brasileiro (a),
....., residente na rua (nome da pessoa
coagida ou ameaçada) (profissão)
....., (endereço completo) vem,
respeitosamente, requerer o presente HABEAS
CORPUS a favor de,
brasileiro (a),, (nome
da cidade) (estado civil) residente em,
pelo que a seguir se expõe: (endereço completo) O
paciente foi preso no dia de de
2.0....., sem justa causa, e se acha recolhido na
delegacia pública.....,
(indicar o Distrito Policial) ilegalmente, por ordem do
Delegado de Polícia
(nome) Estando o paciente sofrendo coação ilegal em
sua liberdade de ir e e vir, requer o impetrante a V.
Exa. se digne de mandar o

mesmo lhe seja imediatamente apresentado de conceder a ordem de HABEAS-CORPUS, como de Direito e Justiça.

Pede deferimento,

.....
(cidade e data)

.....
(Assinatura do impetrante ou de alguém a seu rogo)

Sentença

De acordo com o artigo 162, § 1, do Código de Processo Civil, "sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei". Assim, a sentença é o ato do juiz que extingue o processo com ou sem resolução de mérito, ou que rejeita ou acolhe os pedidos do autor. Sentença é a decisão do juiz sobre os pedidos formulados na petição inicial, ainda que o processo prossiga.

Modelo de Sentença

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE
DIREITO DO ___º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE
_____, ESTADO DO _____.

Autos nº _____

_____, já devidamente qualificada nos
autos dos autos em testilha, sob o numero em
epigrafe, vêm respeitosamente à presença de Vossa
Excelência, por seu advogado infra-assinado, requerer
que tenha inicio a fase de:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

De modo que _____, já qualificado nos
autos, venha adimplir a obrigação fixada em sentença.

I. DOS FATOS II. DO DIREITO III. DA ATUALIZAÇÃO
DO VALOR DEVIDO IV. DOS PEDIDOS

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento. _____, Local, Data.

Advogado OAB/ _____

Contrato

O contrato é um vínculo jurídico entre dois ou mais sujeitos de direito correspondido pela vontade, da responsabilidade do ato firmado, resguardado pela segurança jurídica em seu equilíbrio social, ou seja, é um acordo de duas ou mais vontades, na conformidade da ordem jurídica, destinado a estabelecer um regulamentação de interesses entre as partes, com o escopo de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial.

Modelo de Contrato

CONTRATANTE (Tomador(a) de Serviços): Sr(a).

brasileiro(a), residente e domiciliado(a) na Rua
_____, nº _____, Cidade de
_____, Estado
_____, CPF ou CNPJ:
_____.

CONTRATADO (Prestador(a) de Serviços): Sr(a).

brasileiro(a), residente e domiciliado(a) na Rua

_____, nº _____, Cidade de

_____, Estado

_____, CPF ou CNPJ:

_____.

Referente a Prestação de Serviços do tipo:

Pagamento da quantia de R\$ _____, _____,

(_____)

(valor por extenso), será efetuado de forma

_____ sempre subsequente

a competência. OU Pagamento parcelado

mensal/semanal de _____ vezes de R\$:

_____, _____

(_____)

(valor por extenso) será efetuado todo _____ dia do

mes/semana, sempre subsequente a competência.

Contratado fornecerá as ferramentas, material, e pessoal necessário, responsabilizando-se inclusive da limpeza que for necessária. O prazo da obra ou serviço é de _____ (horas, dias, semanas, meses), a contar desta data e a terminar em ____/____/_____.

Multa de R\$:_____ será cobrada caso haja atraso de mais de _____ dias para a entrega da obra ou serviços. Multa de R\$:_____ será cobrada caso haja atraso de mais de _____ dias no(s) devido(s) pagamento(s). Contratado responderá por danos que resultem da imperícia ou negligência sua ou de seus empregados, segundo os princípios gerais de responsabilidade. As partes elegem o foro de _____, _____ para dirimirem quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

Testemunha 1:

Testemunha 2:

Contratante e contratado concordam e estão ajustados com todas as normas e cláusulas estipuladas neste contrato e assim assinam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, os quais passam a ter força legal entre as partes. Local e Data:

_____, ____ de
_____ de 20____.

Assinatura do CONTRATANTE

Assinatura do CONTRATADO

Ofício

O ofício é um instrumento de comunicação escrita que se caracteriza como um tipo de carta expedida por autoridade pública sobre assunto de ordem administrativa ou predominantemente oficial. Trata-se de carta pública ou com esse caráter. Dá-se como forma de comunicação com entes externos à organização emitente.

Modelo de Ofício

Ofício nº (número)/(ano)

À Secretaria de Trânsito

Município de Serrariano - SR

Odoriovaldo Furtado Machado, brasileiro, solteiro,

lenhador, inscrito no CPF sob o nº (informar),

residente e domiciliado à Rua dos Cortes, nº 111 -

Jardim do Bosque, nesta cidade, vem respeitosamente

à presença de Vossa Senhoria solicitar a colocação de

um quebra molas em meu bairro, em frente ao

Colégio Municipal, tendo em vista que o trânsito de

veículos flui em velocidade elevada no local, colocando

em risco a integridade

física dos pedestres, especialmente das crianças que frequentam aquele estabelecimento de ensino. Certo de que a solicitação será atendida, fique com meus votos de estima e consideração.

(local), (dia) de (mês) de (ano)

(assinatura)

(nome)

Declaração

É um ato de vontade que pode exteriorizar-se em documento. Em certos assuntos e situações contextuais, as declarações podem prescindir desse instrumento que é o documento escrito e ser assumidas verbalmente. Tanto são declarações a asseveração escrita singular ou colectiva em que se emprega, respectivamente, a palavra "declaro" ou "declaramos", como a afirmação oral em público ou diante de testemunhas. Muitas declarações podem surgir em forma de proclamações, quando acompanhadas por atos de aclamação ou aprovação. É o que sucede com as declarações de guerra, de independência, de bloqueio ou outras. Essas declarações surgem, em geral, associadas e contidas em documentos de valor jurídico.

Modelo de Declaração

Declaro para os devidos fins, que eu

_____ sou Trabalhador
Autônomo, exercendo atividade profissional de
(especificar atividade e local)

_____ sem vínculo
empregatício, por conta própria, com renda mensal de
R\$ _____. Assumo inteira
responsabilidade pelas informações prestadas e
declaro estar ciente das penalidades cabíveis,
previstas no Artigo 299 do Código Penal.

Dourados/MS., ____/____/____

Assinatura:

RG: _____ órgão emissor: _____

Recurso

Recurso é um instrumento para pedir a mudança de uma decisão da mesma instância ou em instância superior, sobre o mesmo processo. Existem vários tipos de recursos: embargos (tais como embargos declaratórios, embargos de divergência, embargos infringentes), agravo, apelação, recurso especial, recurso extraordinário, dentre outros.

O recurso existe para dar efetividade à ampla defesa e o duplo grau de jurisdição. Nem todos os casos são contemplados, pela lei, com a possibilidade de recurso. Não havendo recurso ou inexistindo recurso com efeito suspensivo, muitas vezes o meio adequado é ação constitucional de mandado de segurança. O principal efeito dos recursos é o obstativo: evitar a formação de coisa julgada, esse é inerente a todos os recursos.

Modelo de Recurso

Ao (1º / 2º / 3º) Conselho de Contribuintes (vide competência de cada Conselho de Contribuintes, definida por matéria)

Processo n.º _____

Recurso Voluntário

____ Fulano de tal_ , CPF _____, residente e domiciliado na rua _____, CEP município, UF, não se conformando com o auto de infração/notificação de lançamento e a decisão de primeira instância, da qual foi cientificada em _____, vem, respeitosamente, no prazo legal, com amparo no que dispõe o art. 33 do Decreto 70.235/72, apresentar seu recurso, pelos motivos que se seguem.

I – Os Fatos

Descrição dos fatos importantes para a decisão da lide.

II – O Direito

II.1 – PRELIMINAR

Nas preliminares pode-se alegar tudo o que precisa ser decidido antes de apreciar o mérito.

A preliminar não discute as razões da impugnação e sim as razões que podem modificar, inclusive anular o lançamento efetuado.

II. 2 – MÉRITO

Apresentação do direito.(Anexar as provas, se houver)

III – A CONCLUSÃO

À vista de todo o exposto, demonstrada a insubsistência e improcedência da ação fiscal, espera e requer a recorrente seja acolhido o presente recurso para o fim de assim ser decidido, cancelando-se o débito fiscal reclamado.

Termos em que,

Pede deferimento

Local, data.

Nome:

Fone:

Requerimento Simples

Um requerimento é um documento usado por empresas ou particulares para solicitar informações ou fazer pedidos a um organismo público, a uma instituição ou a uma autoridade.

Modelo de Requerimento Simples

Ilma. Sra. Diretora da Faculdade de Medicina Santo Amaro.

Maria Augusta Souza, aluna regularmente matriculada no primeiro ano do Curso de Ciências Biológicas, sob o número 236, turma S2, período noturno, vem requerer a V. Sa. um atestado de matrícula, para obtenção de uma bolsa de estudos da firma onde trabalha.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

João Monlevade, 12 de março de 2007.

Assinatura

Considerações Finais

Apresentamos neste trabalho, os modelos de comunicações oficiais que são adotados, e que devem ser seguidos por todos os setores jurídicos, para a necessária padronização. Redação Oficial e Documentos Jurídicos, são as maneiras pelas quais o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Trata-se de comunicação entre unidades administrativas dos Três Poderes e também destes com empresas e com indivíduos.

Bibliografia

- LEAL, Fernanda. Redação Oficial. **UFSC**, Santa Catarina, jun.2004. Disponível em: <www.redacaooficial.ufsc.br>. Acesso em: 23 nov.2015.
- Cardoso, Fernando Henrique. Manual da Redação da Presidência da República. **Casa Civil**, Brasília, fev.2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em: 23 nov.2015.
- ANDRADE, Carla de. Redação Oficial. **UFSC**, Santa Catarina, nov.2004. Disponível em: <http://redacaooficial.ufsc.br/o-padrao-oficio>. Acesso em: 21 nov.2015.
- FERRARI, Elir. Redação Oficial . **Curso de Secretariado Escolar**, Rio de Janeiro, mar.2006. Disponível em: http://www.elirferrari.pro.br/download/Redacao_Oficial.pdf. Acesso em : 26 nov.2015.